

PSD apoia comerciantes no protesto contra a CMF

ÉLVIO PASSOS
epassos@dnoticias.pt

O PSD faz questão de realçar que não se trata de uma iniciativa sua, mas dos comerciantes do Mercado do Lavradores, a que os vereadores social-democratas dão todo o apoio. Os comerciantes prepararam-se para de forma directa ou indirecta levarem o seu protesto a reunião da CMF, contra a forma como a autarquia decidiu lançar um concurso público para a atribuição dos espaços do Mercado.

Bruno Pereira esclarece que, perante a solicitação dos comerciantes, o PSD sugeriu que eles compareçam na reunião pública deste mês e expressem o seu ponto de vista. Em alternativa, os comerciantes podem entregar aos vereadores do PSD o abaixo-assinado que promoveram e os social-democratas comprometem-se em levá-lo ao executivo municipal.

Bruno Pereira, que já foi vice-presidente da CMF, diz que o seu partido não discorda do lançamento de um concurso público para atribuição dos espaços, o que é “incontornável”, mas da forma como o executivo municipal o fez: sem consultar as pessoas - os comerciantes que lá estão actualmente e há muitos anos - e alterando o objecto da exploração.

O vereador do PSD exemplifica este último aspecto com a previsão de uma mercearia ‘gourmet’ e de uma cervejaria.

Bruno Pereira diz que a CMF diz que “sim, sim” aos reparos, mas continua a fazer como se nada fosse.

“Existe um grande descontentamento”, até porque muitos dos



O PSD compreende o concurso público, mas discorda da forma como a Câmara está a agir.

comerciantes terão percebido que “vão ficar de fora, depois de 20, 30 e mais anos” a trabalhar no Mercado dos Lavradores.

PSD responsabiliza CDS

Bruno Pereira faz questão de lembrar o sentido de voto de cada força política na Câmara Municipal, na decisão de lançar o concurso público, nos termos em que o foi feito. O PSD e a CDU votaram contra, mas o CDS, ao se abster, viabilizou a proposta do executivo camarário.

Se tivesse votado contra, teria obrigado à reformulação da proposta, de forma a que pudesse ir ao encontro dos pontos de vista referidos, defende o PSD. Por

SOCIAL-DEMOCRATAS DIZEM QUE A INICIATIVA NÃO É SUA, MAS TEM TODO O SEU APOIO

isso, os social-democratas entendem que o CDS tem muitas responsabilidades no processo em curso.

O CDS “viabilizou” apesar de na discussão “ter criticado”, nota Bruno Pereira.

O vereador social-democrata elogia, ainda assim, que o executivo municipal tenha decidido manter uma decisão anteriormente adoptada pelo PSD, de dispensar que o procedimento tenha de acontecer na plataforma electrónica. Os interessados nos espaços são, muitas vezes, pessoas sem qualquer preparação jurídica, que encontrariam muitas dificuldades em utilizar o meio referido.

PCP apresenta uma iniciativa legislativa para dar mais voz à população

PROJECTO ABORDA A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA DOS CIDADÃOS MADEIRENSES

O PCP/Madeira quer cidadãos mais activos na vida política madeirense.

Com isto em mente, o partido apresentou ontem numa conferência de imprensa realizada na Sala de Imprensa da Assembleia Legislativa da Região, um projecto direccionado à população.

O objectivo deste projecto procura dar uma maior abertura ao direito de participação democrática das populações. “Esta é uma medida que visa garantir às populações e aos cidadãos maiores poderes, assegurando assim às pessoas, a possibilidade de ter uma maior e mais activa participação na vida política”, referiu Edgar Silva, deputado do Partido Comunista Português.

Lembrando que a iniciativa legislativa de grupos de cidadãos eleitores é um direito consagrado constitucionalmente, o deputado Edgar Silva, acredita que esta medida resultará num aumento de cidadãos participantes, para além de significar uma maior aproximação entre a população e a instituição parlamentar que os representa.

O partido considera ainda que com esta medida todos sairão a ganhar, pois “ganharão os cidadãos, ganhará a democracia, ganhará o Parlamento regional e o regime autónomico”.

Regimento da Assembleia revisto até ao Verão

A presidente da Comissão Eventual para a Reforma do Sistema Político, Fernanda Cardoso, admitiu hoje que o novo Regimento da Assembleia Legislativa da Madeira deverá entrar em vigor já em Julho antes do final da actual sessão legislativa.

A reunião da Comissão Eventual para a Reforma do Sistema Político aprovou ontem, por unanimidade, o Relatório e o Parecer sobre as propostas de alteração do Regimento da Assembleia Legislativa da Madeira que serão apreciadas



Comissão da Reforma do Sistema Político vai discutir o Estatuto.

na segunda-feira pela Comissão de Regimento e Mandatos.

A Comissão dilatou até 30 de Julho o recebimento das propostas de revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira.

Entre as propostas de alteração do Regimento que mereceram redacção consensual figuram a proposta que consagra que a requisição e a obtenção do Governo Regional ou dos órgãos de qualquer entidade pública regional de elementos, informações e publica-

ções oficiais importantes ao exercício de deputado não pode exceder os 30 dias e que o Governo Regional passa a ter direito de fazer-se representar na Conferência dos Representantes dos partidos.

A reforma do sistema político regional foi uma das bandeiras do PSD de Miguel Albuquerque nas eleições legislativas regionais antecipadas de 29 de março.

Ao Regimento da Assembleia seguir-se-ão o Estatuto Político-Administrativo, a Lei Orgânica e a Lei Eleitoral.